



Câmara dos Deputados

Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad, informações a respeito do bloqueio de R\$ 55 Bilhões do Orçamento, em especial da Educação, que será a área mais afetada.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad, solicitação de informações a respeito do bloqueio de R\$ 55 Bilhões do Orçamento, em especial da Educação, que será a área mais afetada, nos seguintes termos:

- 1) Por qual motivo o corte mais relevante será na educação?
- 2) Baseado em que planejamento foram estabelecidas as prioridades?
- 3) Existe algum planejamento a longo prazo, para que os efeitos desse bloqueio não venham a comprometer décadas de desenvolvimento?

Apresentação: 04/12/2024 16:06:22.883 - Mesa

RIC n.4514/2024





Justificação

O recente anúncio do bloqueio de R\$ 55 bilhões no orçamento federal, sendo a educação a área mais prejudicada, não apenas expõe uma política de cortes, mas evidencia o desprezo por um setor que deveria ser prioritário para qualquer governo que se proponha a pensar no futuro do Brasil.

A educação é o alicerce de qualquer nação desenvolvida. É por meio dela que se formam cidadãos críticos, trabalhadores qualificados e lideranças comprometidas com o progresso social e econômico. Contudo, ao invés de fortalecê-la, vemos um governo que, contraditoriamente, retira recursos essenciais de um sistema já fragilizado.

Os cortes não impactam apenas a infraestrutura das escolas e universidades, mas também bolsas de estudo, projetos de pesquisa, formação de professores e, conseqüentemente, o sonho de milhões de jovens que enxergam na educação uma chance de transformação de suas vidas.

Em campanha, o atual governo prometeu um Brasil mais inclusivo, com investimentos robustos em áreas como saúde, segurança e, principalmente, educação. Promessas que soaram como música aos ouvidos de muitos, mas que agora se desvanecem na dura realidade de cortes e retrocessos. A desculpa? Ajustes fiscais. No entanto, será que o ajuste do orçamento deve começar pelo futuro do país? Ou será que faltam planejamento, responsabilidade e um verdadeiro compromisso com as prioridades nacionais?

Ainda mais preocupante é a falta de transparência sobre como o governo pretende remediar os impactos desses cortes. Como as universidades vão funcionar sem recursos? Como os professores continuarão motivados diante de um cenário de precarização crescente? E o que dizer das famílias que dependem da escola pública para garantir educação de qualidade para seus filhos?

Os efeitos desse bloqueio não serão sentidos apenas hoje. Trata-se de uma escolha que compromete décadas de desenvolvimento. Um país que corta investimentos na educação está, na verdade, assinando um pacto com o atraso, ampliando desigualdades e negando oportunidades a milhões de





brasileiros.

Neste momento, precisamos levantar a voz e cobrar responsabilidade do governo. Educação não é despesa; é investimento. Cada real destinado a uma sala de aula, a um laboratório, a um livro, retorna em forma de desenvolvimento humano, social e econômico. É inadmissível que a área mais importante para o futuro de uma nação seja tratada como um detalhe em um ajuste fiscal.

Aos representantes do governo federal, deixo aqui um apelo: revejam as suas prioridades. Governar é, acima de tudo, escolher o que é essencial. E nada pode ser mais essencial do que garantir que nossas crianças, nossos jovens e nossos educadores tenham as condições necessárias para construir um Brasil melhor.

Portanto, sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 04 de dezembro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal / PL-AM

